

“A JOVEM ESCOLHE, A MÃE APROVA, O PAI CONSENTE”:

novos comportamentos e estratégias matrimoniais nas primeiras décadas da República

ELIZABETH SOUSA ABRANTES*

No Brasil no início da República, uma das grandes preocupações das elites dirigentes era de ordem moral, envolvendo a constituição e harmonia das famílias, o controle da sexualidade feminina e o disciplinamento das camadas populares como garantias da ordem social, seja por meio de medidas coercitivas ou ideológicas, estas últimas obtidas principalmente pela educação.

No tocante às famílias, segundo Araújo (1993: 98), houve um novo tipo de estratégia matrimonial, a da conciliação entre a família e o indivíduo. As moças conquistaram o direito de externar à família suas paixões, necessitando, entretanto, negociar o consentimento dos responsáveis para oficializar o namoro, por isso, as alianças matrimoniais que envolviam interesse econômico frustravam tanto as jovens apaixonadas. Essas mudanças nos costumes tiveram impacto sobre a organização da família e do casamento, resultando numa “redefinição dos padrões de comportamento, graças à maior socialização da mulher no meio urbano e à introdução de novos valores éticos, como a relativa importância do amor romântico e a adoção de padrões morais mais permissivos” (ARAÚJO, 1993: 37).

As primeiras décadas do século XX foram acompanhadas de mudanças importantes na instituição do casamento e constituição das famílias, com o modelo matrimonial evoluindo de um padrão de casamentos negociados, que visava interesses econômicos, para um novo modelo pautado no afeto e na livre escolha do cônjuge. Eram mais valorizadas as fases que antecediam o enlace matrimonial, como o namoro e o noivado, e embora com regras rígidas, eram consideradas fases importantes para o conhecimento do futuro casal.

Os vários discursos desse período sobre a situação da mulher e do casamento apontavam para um momento de transição que anunciava mudanças significativas para

* Professora Doutora, do Departamento de História e Geografia, da Universidade Estadual do Maranhão.

a sociedade e para a própria mulher. Essa polifonia apresentava vozes conservadoras, preocupadas com a dissolução de costumes patriarcais tradicionais, e também vozes liberais, preocupadas tanto com a modernização dos papéis masculinos e femininos sem alterar a “desigualdade de gênero”, como promover a garantia de direitos civis e sociais às mulheres.

Os discursos pela reforma da instituição do matrimônio demonstravam os sinais de esgotamento de um modelo de casamento negociado, o qual durou séculos e vinha sofrendo críticas desde o século XIX, embora ainda fosse usual nos meios mais abastados. O amor sentimental estava em alta, embora seu uso excessivo por escritores, poetas e pelo público em geral fosse visto como perigoso, podendo causar tragédias sociais, como homicídios e suicídios passionais, bem como casamentos precipitados.

Paradoxalmente, as revistas femininas¹ contribuía para disseminar os novos ideais dessa época de transição e pareciam incentivá-los, ao mesmo tempo em que teciam críticas às novas mudanças consideradas perigosas para a estabilidade da família e da sociedade. As revistas do sudeste foram mais duradouras e algumas delas tiveram o mérito de circular em vários estados do território nacional, influenciando leitoras de diversas regiões do país, disseminando novos valores, modas e modelos, abrindo espaço para mulheres e homens expressarem opiniões, sentimentos e críticas.

Diante da nova situação em que a mulher tinha a prerrogativa da escolha do seu noivo, algumas críticas chamavam atenção para a maneira equivocada como muitas mães preparavam suas filhas para o casamento, colocando em campo todos os meios de sedução, toda a aparência agradável, todo o atrativo material, tudo que era superficial e ilusório: fitas, rendas, sedas em profusão, jóias e adornos mil, “frivolidades que denotavam certo gosto pelo luxo, mas que geralmente afastavam antes do que atraíam o pretendente sensato”.²

¹ As principais revistas femininas desse período são: *A Mensageira* (1897-1900), revista paulista dirigida pela poetisa Presciliana Duarte de Almeida e contava com a colaboração de escritores e escritoras de renome, inclusive da França e Portugal; a revista *Jornal das Moças* (1914-1961), dirigida pelos Srs. Comandante Pereira e Ricardo Barboza; a revista *Vida Doméstica* – revista do lar e da mulher (1920-1962), dirigida pelo Sr. Jesus Gonçalves e tendo como redator o Sr. Mário Nunes. Era propriedade da firma Jesus & Jarque; a *Revista Feminina* – a luta moderna (1914-1936), era propriedade da Empresa Feminina Brasileira, dirigida pela Sra. Virgilina de Souza Salles. Considerava-se uma revista pioneira, por ser fruto da tentativa de um grupo de senhoras brasileiras, enquanto as demais revistas eram dirigidas por homens.

² Observações: sobre a educação em geral (mocidade). *A Mensageira*, São Paulo, n. 19, p. 289, 15 jul. 1898

Nesse pensamento era colocada uma contradição dos novos tempos: por um lado, as mulheres estavam mais em evidência, mais vistas em lugares públicos, se exibindo mais e, por isso, havia uma preocupação maior dos pais, das autoridades e dos moralistas com a defesa da honra feminina; por outro lado, apesar das recriminações à vaidade feminina, havia uma oferta maior de produtos, de cobrança para que essa mulher das camadas médias e altas aparecesse bem vestida e ornada perante a sociedade.

O mercado capitalista visava o consumo dessas mulheres para alimentar o mercado da moda, dos cosméticos, do mobiliário do lar, entre outros. Num momento em que a indústria começava a fornecer em massa e em série todos os utensílios, alimentos, medicamentos, tecidos e roupas, em preços e qualidades que não compensavam mais a produção doméstica, as mulheres eram o alvo desse consumo, consideradas o “poder comprador do mundo”.³

A maior liberdade de escolha fazia com que a própria concorrência no mercado matrimonial ficasse mais acirrada, pois sem a interferência dos pais, que já não podiam fazer os acordos matrimoniais à revelia dos filhos e sem que estes conhecessem o cônjuge, caberia aos interessados mostrar suas qualidades. Apesar de continuar valorizando a beleza e juventude como os “dotes naturais” da mulher, as qualidades femininas não deviam ser reduzidas somente a esses aspectos da beleza e juventude, por serem considerados efêmeros.

Os conselhos divulgados na imprensa e nos romances eram para as noivas consultarem seu coração. As moças da elite eram consideradas com maiores chances de escolherem seus maridos com base especialmente no sentimento de afeto, “podendo sonhar com um porvir de encantos e felicidade inquebrantável”, enquanto as moças pobres eram vistas como obrigadas pelas tristes circunstâncias da vida, a muitas vezes aceitarem um esposo sem mais cogitar do que na grande necessidade de ter no mundo um “protetor legítimo”.⁴

Nesse comentário ficava implícita a idéia de que entre os pobres as uniões conjugais não consideravam em primeiro lugar o sentimento amoroso, mas a necessidade de sobrevivência, bem como reforçava a idéia do casamento como uma

³ As Mulheres que Trabalham. **Vida Doméstica**, Rio de Janeiro, n. 140, p. 150, novembro de 1929.

⁴ Observações – sobre a educação em geral (mocidade). **A Mensageira**, São Paulo, n. 23, p. 361, n. 23, p. 361 15 set. 1898.

segurança econômica e uma proteção moral para a mulher, havendo a condenação das “uniões ilegítimas”, ou seja, aquelas oficializadas pelo casamento civil ou religioso. No entanto, era bem mais provável que, pelo fato de não envolver interesses econômicos e de classe, as uniões entre os mais pobres pudessem se pautar justamente no sentimento de afeto.

O casamento oficial continuava sendo um privilégio de poucos, e para as camadas médias e altas um símbolo de status, além de poder garantir ascensão social e riqueza. Quanto ao casamento civil, ainda sofria resistência de alguns setores no início do século, especialmente da Igreja Católica, além de ser um procedimento oneroso, com despesas cartoriais que inviabilizavam esse procedimento entre os mais pobres.

A família como instituição continuava a ter um peso importante na política de casamentos, apesar de ter perdido o monopólio da escolha dos cônjuges. Na verdade havia encontrado um equilíbrio em que, sem impor diretamente, podia participar da escolha de seus filhos na decisão considerada a mais importante de suas vidas, especialmente para as filhas: “a jovem escolhe, a mãe aprova, o pai consente”.⁵

Apesar de aparecerem opiniões diferentes sobre a felicidade da mulher se ligar unicamente ao casamento e à maternidade, com vários exemplos de mulheres que se dedicavam às profissões liberais e as artes cinematográficas⁶, vigorou durante as primeiras décadas do século XX a ideia de que era preferível fazer um mau casamento do que ficar solteirona. A “titia” era considerada aquela mulher que falhou na vida, um estorvo para a família, caso não trabalhasse e não tivesse uma renda, mas caso exercesse profissões consentidas como a do magistério, poderia ser até mesmo o arrimo da família, embora socialmente fosse considerada um “*aleijão*”.⁷

Quando a questão era sobre a escolha feminina pelo noivo ideal, na classe média a preferência recaía sobre o homem trabalhador e educado. A condenação da vida boêmia e sem responsabilidade do homem denotava a força da ideologia do trabalho disseminada desde o início da República, com o modelo sendo o homem trabalhador, provedor do lar.

⁵ Direitos da Mulher. **Vida Doméstica**, Rio de Janeiro, n. 92, p. 44, setembro 1925

⁶ As atrizes do cinema e também do teatro ainda não eram bem vistas pela sociedade, consideradas de comportamento liberal e um anti-modelo.

⁷ Caso não trabalhasse, poderia ser “útil” cuidando dos pais, dos sobrinhos, enfim, dos outros.

As leitoras das revistas femininas idealizavam um noivo moço, elegante, trabalhador, honesto e que não fosse frequentador de bailes. Essas ideias estavam em sintonia com o ideal de escolher o noivo por suas qualidades pessoais, com destaque para a juventude, educação e o gosto pelo trabalho. Alguns comentários também destacavam as qualidades viris, como a robustez, dizendo abominar os “homens afeminados, de cinturinha fina, carmim e pó de arroz”.⁸

As mudanças no comportamento eram visíveis nas novas estratégias para a escolha do noivo e da noiva ideais, contando com a ajuda de correios sentimentais promovidos pelas revistas, como fez o *Jornal das Moças*, colocando à disposição dos namorados, desde 1914, a seção *Bilhetes Postais*⁹, onde rapazes e moças podiam se corresponder, trocar elogios, fazer críticas e divulgar pensamentos sobre o amor, amizade. A seção foi bastante utilizada pelas leitoras e leitores, com participações de bilhetes de todos os estados, ficando seu espaço cada vez maior a cada edição da revista.¹⁰

Além de versos e pensamentos, que geralmente dissertavam sobre o amor, esse espaço era utilizado principalmente para enviar recados para a pessoa amada ou desabafar as ilusões do amor, sendo usados tanto pseudônimos como o próprio nome da pessoa ou suas iniciais. Esse correio amoroso¹¹, num periódico conservador como o *Jornal das Moças*, indicava uma maior liberdade nas demonstrações de afeto, bem como novas estratégias para a aproximação entre rapazes e moças.

Diante da maior liberdade para a escolha dos cônjuges ideais, a preocupação dos pais e autoridades públicas agora era com o comportamento adequado na fase que antecedia o casamento. O sentimento do amor era defendido como a base para os relacionamentos e a felicidade da família, a começar pelo namoro, cuja iniciativa devia partir do homem, uma vez sentido o interesse da jovem.

⁸ Qual é o seu Ideal Masculino e Qual a Mulher dos Seus Sonhos. *Vida Doméstica*, Rio de Janeiro, Vida Doméstica, novembro de 1924 n. 82, p. 3

⁹ A seção *Bilhetes Postais* foi iniciada no n. 06 da revista *Jornal das Moças*, de 30 jul. 1914

¹⁰ O namoro por cartas já era usual, mas esse tipo de correspondência amorosa feita muitas vezes de forma anônima nas revistas ajudava a burlar o controle excessivo da família da moça.

¹¹ Esse espaço para correspondências amorosas se tornou uma tendência das revistas direcionadas ao público jovem e às mulheres desde então. É bom lembrar ainda que o uso das cartas entre os casais apaixonados já era utilizado como um meio de burlar a vigilância dos pais, o que levava muitos pais a não incentivarem o aprendizado da leitura entre suas filhas por esse motivo.

O namoro era uma fase muito vigiada pela família e pela sociedade e associada ao objetivo último de casamento, não devendo ser um fim em si mesmo. O recomendado era que tivesse o consentimento dos pais, com a entrada do jovem na intimidade da família da moça, demonstrando implicitamente a intenção de casamento (ARAÚJO, 1993: 115).

O namoro, com suas regras de contato e aproximação, não devia ser encarado como mera diversão ou prazer. A discrição da moça era essencial nesse costume do namoro, já que sua atitude no processo de fazer a corte deveria ser passiva. Ficar muito tempo à janela não era considerado uma atitude de moça honesta, podendo ser interpretada como um gesto imoral. Por isso, os conselhos para uma moça solteira conseguir matrimônio eram ter bom senso e menos faceirice, mais ocupação útil e menos vaidade e pretensão, conhecer os assuntos caseiros, coser seus vestidos, cerzir suas meias, não perder tempo com a vida alheia ou com “namoricos”, “menos sacada ou janela” e mais costura e arranjos domésticos¹².

O recato da moça era fundamental para obter o passo seguinte, o noivado. Se estivesse enamorada e fosse correspondida, procurasse, se o seu coração consentisse, não ceder ao namorado mais do que a boa educação permitia. Embriagar o amado com palavras, com suspiros, com promessas, com lágrimas, mas não consentir nunca que “o amor provasse o sabor dos beijos”.

O conselho dos moralistas era para que, quando já se sentisse quase garantida pelo compromisso amoroso, podia fingir um instante de distração para que o namorado a beijasse, reclamando, porém, em seguida, em termos brandos, contra a ousadia. Isso aguçaria o desejo do casamento para mais breve. O mais importante era saber que, quando fosse esposa, devia mais do que nunca galantear o marido, para que este nunca se enfadasse do amor conjugal.¹³ Era o chamado “débito conjugal” como dever da esposa, em que seu corpo funcionava como um “dote”.¹⁴

A fase do noivado se iniciava com o ritual da solicitação do rapaz ao pai da moça, através do “pedido da mão”, para que este autorizasse o futuro casamento. Não sendo mais comum a interferência do dote, os noivados começavam pela afeição recíproca ou

¹² Às Moças Solteiras. **Vida Doméstica**, Rio de Janeiro, n. 08, p.4, outubro de 1920

¹³ O que a mulher deve ser. **Jornal das Moças**, Rio de Janeiro, n. 01, p. 17, 25 mai. 1914

¹⁴ Cf. DANTAS, Fagner Cordeiro. **Débito Conjugal: o corpo como dote**. Salvador, 2003. Monografia (Graduação em Direito) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

ainda pelo “amor unilateral correspondido por uma tolerância afável”¹⁵, e esta situação de noivos permitia maior liberdade de ação do casal, apesar do controle familiar para preservar a reputação e a virgindade da moça como um bem de troca para o matrimônio (ARAÚJO, 1993: 17).

O namoro e o noivado tinham um período de tempo ideal, o qual não deveria ser nem longo nem curto demais. Por estimular a afeição e dar gosto pela atenção mútua, tornava-se muitas vezes difícil de levar a bom termo, ou seja, concretizar o casamento. Dizia-se que se o noivado era curto ficava o par inconsciente do perigo que correu, se era prolongado por muitos meses, as complicações eram inevitáveis e os falatórios também. Era também um período de prova, de muito conhecimento, de “doces colóquios” para se conhecerem e o período do preparo do enxoval da moça, “que era a única coisa que ela aproveitava quando o noivo roía a corda”.¹⁶

Os argumentos apelavam para o casamento oficial como sendo uma segurança material e moral para a mulher, dizendo que os homens queriam sempre seu prazer satisfeito, não se importando com as consequências, nem se preocupando com a “pobre alma, aumentando o número das desgraçadas”. Por isso, se a mulher renunciasse a proteção da lei ficaria irremediavelmente desarmada e votada ao papel de vítima.

O argumento do casamento como proteção, uma segurança “moral e material” para a mulher, era utilizado amplamente, desestimulando o concubinato. As vantagens do casamento legal, apresentadas para as esposas das classes médias e baixas, mesmo sem o dote, eram no sentido econômico, pois se o marido a abandonasse poderia ser forçado a pagar uma pensão alimentícia, detalhe importante para as pobres para livrá-las da miséria. Para as mulheres da classe alta, privilegiadas da fortuna, a que importava principalmente a “injúria do abandono”, era o sentido moral que era destacado, pois mesmo que o amor acabasse o casamento seria uma salvaguarda, fazendo com que muitos maridos não efetivassem a separação de fato, ou, caso o fizessem, voltassem para casa.¹⁷

Esse argumento moralista era comum nas classes médias e altas, preferindo manter a aparência e prosseguir um casamento sem amor somente para evitar a divisão dos bens e

¹⁵ Noivados. **Vida Doméstica**, Rio de Janeiro, n. 92, p. 56, setembro de 1925

¹⁶ Direitos da Mulher. **Vida Doméstica**, Rio de Janeiro, n. 92, p. 44, setembro de 1925

¹⁷ A Guerra ao Casamento. **Vida Doméstica**, Rio de Janeiro, n. 80, p. 86, setembro de 1924.

o escândalo do nome da família. Por outro lado, o casamento civil era apresentado como um símbolo de status e moralidade, importante para as convenções sociais, para a legitimidade dos filhos e para o amparo financeiro das esposas sem dote e sem trabalho.

Segundo a historiadora Susan Besse (1999), na década de 1920 o casamento passou a ser visto como uma instituição deformada e desmoralizada, pois as mudanças extremamente rápidas durante o final do século XIX e começo do XX minaram as coerções sociais e econômicas em que se havia baseado anteriormente o casamento nas classes alta e média.

À medida que as mulheres dessas classes foram adquirindo algum poder social e econômico pelo acesso à educação e ao emprego remunerado, sua crescente irritação quanto às relações no casamento encontrou uma saída na expressão mais pública, e seus protestos passaram a ter mais força. Elas se tornaram mais ousadas na exigência de maior igualdade no casamento e na denúncia à tirania dos homens (BESSE, 1999: 41).

Ainda segundo Susan Besse (1999: 58-59), os casamentos de conveniência que buscavam aumentar o poder econômico e político das elites tornaram-se inaceitáveis no pós-guerra diante das opções sociais e econômicas em expansão ao dispor das mulheres. Outra mudança desse período foi com a idade nupcial dessas mulheres das camadas urbanas média e alta, pois à medida que se matriculavam em escolas secundárias e profissionais e tinham condições de conseguir emprego remunerado respeitável durante alguns anos entre a escola e o casamento, sua idade nupcial se elevava. Por outro lado, os homens também postergavam o casamento para completar sua formação profissional e conseguir estabilidade financeira, mantendo a diferença de idade entre homens e mulheres.

Nessas mudanças de comportamentos os cinemas eram acusados de serem os grandes corruptores da mocidade e um perigo maior para as jovens, por estarem sempre repletos, por serem escuros e por as induzirem a pensarem que o beijo era comum, uma obrigação que tinham com seus namorados e noivos.

A “educação moderna” também era acusada de ser culpada pela desordem social, pois os pais não tinham mais “força moral sobre as filhas”, devido a educação que ministravam, habituando-as desde crianças aos chás dançantes e aos namoros. Também era acusada de incentivar o flerte, uma das formas usuais do amor sem compromisso mais sério, o qual podia acontecer numa festa, num percurso de um passeio, numa

espera de um bonde. Se as meninas eram acusadas de verem o flerte como *chic* e agradável, os críticos moralistas diziam que graças a esse costume habitual crescia a antipática classe das titias.¹⁸

A idéia do casamento por amor e não por interesse aparecia nos contos moralistas do final dessa década. As histórias apresentadas faziam crítica ao casamento por interesse e falavam de casamentos de burgueses com mulheres pobres, de homens jovens, solteiros e sem fortuna que preferiam as jovens belas e pobres do que casar com uma mulher mais velha, porém rica.

No conto “*Um bom partido*” a tônica era um arranjo de casamento que precisava do dote.¹⁹ A jovem Genoveva, embora não saindo muito de casa para bailes e festas ou seus pais não fazendo recepções em sua casa por falta de dinheiro, conheceu o Dr. Lascapè na casa de sua professora de piano, um “partidão”. Mas o dote era o problema, pois o pai da moça só podia dar 200 contos de réis, o que representava um ¼ de suas economias, e o doutor só aceitava casar com uma moça cuja situação estivesse em harmonia com a dele.

Quando foi chamada por seus pais para dizer se o doutor a agradava e se autorizava que ele a cortejasse, a jovem indagou, surpresa, porque o doutor ia querer uma moça pobre como ela. O pai respondeu que ela não era pobre e que era o “partido” mais rico da povoação. Genoveva achou que fosse brincadeira, pois durante toda a sua vida sofreu privações, usava o mesmo vestido há anos, cuidava da casa, deixou de ter as aulas de piano, comia carne três vezes por semana e ia comprar ossos no açougue como faziam os pobres, o pai trabalhava nas suas terras e a mãe fazia tricô para vender.

O pai explicou que foram essas economias e as privações que se obrigaram a passar que resultaram naquele valioso dote. Revoltada, Genoveva disse não acreditar que era verdade que a obrigaram e condenaram a uma infância miserável, a uma juventude horrível, com a obsessão da pobreza, quando eram ricos. Que a fizeram de empregada sem ordenado, alimentou-se como um cachorro, ficou isolada, sem amiguinhas, desgastaram-na, quando na verdade tinham dinheiro para fazer sua existência feliz e

¹⁸ O Flirt. **Jornal das Moças**, Rio de Janeiro, n. 248, p. 41, 18 mar. 1920. Desde o século XIX apareciam na imprensa versinhos que criticavam as moças namoradeiras, como o que foi publicado no jornal maranhense O Abelhudo, de 18 dez.1898: “*Moça que a muito namora/ E a muitos faz catita/ E dá corda e fala e fita/ A todos numa só hora/ Essa moça que assim ousa/ Será excelente tia/ Mas nunca excelente senhora*”.

¹⁹ Um Bom Partido. **Vida Doméstica**, Rio de Janeiro, n. 107, p. 83-85, janeiro de 1927

fácil, como as de suas companheiras. Disse que não perdoaria nunca seus pais. Estes, espantados, achavam que a filha estava louca.

A história moralista apresentada nesse conto sobre a moça com dote em bens materiais ainda ser um bom partido, expressava um novo sentimento sobre essa “valorização”. A reação da jovem que os pais não conseguiam entender indicava que ela preferia gozar dos bens materiais da família, investindo em sua educação e em uma vida de conforto do que fazer o sacrifício para acumular uma pequena fortuna que apenas a tornava um bem de troca no mercado matrimonial, onde não se levava em consideração o amor, o desejo da mulher e suas aspirações.

Para reforçar a crítica aos casamentos por interesses financeiros, a imprensa divulgava algumas opiniões femininas sobre o casamento que diziam que as mulheres casavam por amor e nunca poderiam casar por interesse ou curiosidade²⁰. Já os homens diziam querer uma jovem que fosse franca e leal, que compreendesse que era ela e não sua família que interessava e com quem tinha a intenção de casar²¹, ansiando de suas pretendentes não “riqueza e sim educação”.²²

A felicidade da mulher ainda era considerada real quando se apoiava na segurança do casamento, mas, sem o amor, o matrimônio era visto ou como uma falência ou um sacrifício, e que muitos males decorriam não do caráter indissolúvel do casamento, mas dos maus matrimônios. A atração física devia estar associada à atração espiritual, como a base moral, o selo que emprestava não só o caráter sagrado, como ainda a condição para a perfeita estabilidade desse laço entre dois sexos.²³

A intenção era convencer as moças solteiras de seu valor para a família e a nação, e saber que “ não é o que possuem, mas o que são que determina o que valem”, que uma “uma pessoa pode ser muito rica e não ter valor”.²⁴ Esses discursos burgueses normativos veiculados através da imprensa, das obras literárias e pedagógicas, auxiliados pelo discurso religioso, exerciam grande influência sobre as famílias, e ao

²⁰ Carta Confidencial. **Jornal das Moças**, Rio de Janeiro, n. 768, p. 34, 06 mar. 1930

²¹ Como há de ser a moça com quem quero casar: confissões íntimas de um solteiro que anda em busca do seu ideal. **Vida Doméstica**, Rio de Janeiro, n. 133, p. 120, abril 1929.

²² Casamentos. **Jornal das Moças**, Rio de Janeiro, n. 588, p. 27, 23 set. 1926

²³ Do Amor e do Matrimônio. **Revista Feminina**, São Paulo, n. 115, p. 9, dezembro de 1923

²⁴ O que as moças solteiras devem saber – o que elas valem. **Revista Feminina**, São Paulo, n. 23, p. 30, abril de 1916.

serem incorporados pelas moças das camadas médias, especialmente, contribuíam para reforçar a necessidade de obtenção dos “dotes do espírito”, além dos “dotes morais”, para obterem maiores chances no mercado matrimonial.

As críticas desse período em sua grande maioria eram de condenação ao que consideravam mudanças de costumes que colocavam em risco a estabilidade da família. O alvo eram os novos comportamentos femininos em relação ao casamento, ao namoro, ao trabalho, ao modo de se vestir e se relacionar com os rapazes. Ao mesmo tempo em que esses discursos conservadores indicavam mudanças mais concretas e mais aceleradas acontecendo especialmente após a primeira guerra mundial, expressavam uma espécie de tentativa de frear tais mudanças ou conduzi-las de uma maneira que não invertesse as hierarquias de gênero, os papéis tradicionalmente estabelecidos de homens e mulheres.

Referências Bibliográficas

ABRANTES, Elizabeth Sousa. **O Dote é a Moça Educada:** mulher, dote e instrução em São Luís na Primeira República. Niterói, 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense.

ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. **A Vocação do Prazer:** a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano. Rio de Janeiro: Rocco, 1993

BESSE, Susan. **Modernizando a Desigualdade:** reestruturação da ideologia de gênero no Brasil (1914-1940). São Paulo: Edusp, 1999

CAULFIELD, Sueann. **Em Defesa da Honra:** moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940). São Paulo: Editora da Unicamp, 2000

DANTAS, Fagner Cordeiro. **Débito Conjugal:** o corpo como dote. Salvador, 2003. Monografia (Graduação em Direito) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

HERSCHMANN, Micael M; PEREIRA, Carlos Alberto M. (Orgs.). **A Invenção do Brasil Moderno:** medicina, educação e engenharia nos anos 20 e 30. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

OSÓRIO, Ana de Castro. **Às Mulheres Portuguesas.** Lisboa: Livraria Editora Viúva Tavares Cardoso, 1905.

PRIORI, Mary Del (Org). **História das Mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2000.